

## PARTICULARIDADES DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES AO LONGO DOS ANOS NO BRASIL

Anderson Rodrigo Barros da Silva <sup>1</sup>  
Vanessa Nunes da Silva <sup>2</sup>

### RESUMO

Os jesuítas tiveram um papel essencial no contexto educacional brasileiro foram um braço da igreja católica destinados a combater os hereges e levar a fé a todos os lugares, os feitos jesuítas são notáveis, contudo, não teriam tamanha importância na educação brasileira sem a sistematização minuciosa do ensino, disciplina, e formação dos professores jesuítas apesar disso e sentindo-se ameaçado marquês de Pombal veio a expulsar os jesuítas das colônias de Portugal empreendendo assim uma reforma educacional desastrosa que não supriu a ausência dos jesuítas instituindo as aulas régias, com a declaração de independência e a constituição de 1824 percebe-se uma preocupação com relação a educação de modo que a mesma dedica um tópico a esse assunto. No período republicano também houveram tentativas de melhorar a educação como por exemplo a reforma empreendida por Anísio Teixeira e ainda as reformas no período militar as quais visavam adequar o ensino a esse período.

**Palavras-chave:** Educação, Professores, Aulas.

### INTRODUÇÃO

Os jesuítas foram essenciais no desenvolvimento da educação brasileira perpassando diversos momentos históricos até sua expulsão por Marquês de Pombal, apesar dos esforços deste em constituir um sistema educacional que suprisse a falta dos jesuítas, o fracasso é perceptível.

Percorrendo os períodos da história brasileira da educação e a formação dos professores nesses períodos é notável a falta de compromisso real com a educação, por volta de 1827 houve certo interesse acerca da formação de professores, contudo os critérios para admissão na escolas normais eram boa educação e saber ler e escrever, diante disso percebe-se que não havia um comprometimento real com a formação dos educadores visto que os princípios que norteavam a escolha do profissional fossem bem básicos, é preciso destacar que as escolas normais tiveram por intuito formar professores.

O objetivo deste artigo é promover um olhar atento ao passado visando a compreensão dos fatos que consolidaram a profissão docente, a pesquisa se justifica pela justamente pela necessidade de provocar reflexões a respeito da profissão docente.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão, [arodrigo092@gmail.com](mailto:arodrigo092@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: Mestre em Educação – Universidade Estadual do Maranhão, [vanessanead@hotmail.com](mailto:vanessanead@hotmail.com).

## METODOLOGIA

O presente trabalho será de cunho bibliográfico, desse modo na pesquisa bibliográfica serão consultadas várias literaturas relativas ao assunto em estudo, artigos publicados na internet e que possibilita que este trabalho tome forma para ser fundamentado.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica, dentre os autores que darão embasamento teórico à pesquisa estão Aranha (2006), Paiva (2015), Marconi (1992) e Franca (1952), Nóvoa (1921).

## REFERENCIAL TEÓRICO

Inácio de Loyola (1491-1556), militar espanhol basco, ao se recuperar de um ferimento em batalha, viu-se envolvido por súbito ardor religioso e resolveu colocar-se a serviço da defesa da fé, tornando-se verdadeiro “soldado de Cristo”. Fundou então a Companhia de Jesus, daí o nome jesuítas dado aos seus seguidores. (ARANHA, 2012, p. 202)

Após sua criação e aprovação pelo papa Paulo III no ano de 1540 a companhia de Jesus tinha como objetivo segundo Aranha (2006, p. 202) “a propagação missionária da fé, a luta contra os infiéis e os heréticos”.

Os jesuítas eram em síntese padres pertencentes a ordem dos jesuítas a qual era subordinada a Igreja católica tendo como pilar a propagação do cristianismo e a catequese, havia grande preocupação por parte da igreja católica na formação dos mestres jesuítas, Conforme Freyre (2001, p. 45),

Os jesuítas [...] pela influência do seu sistema uniforme de educação e de moral sobre um organismo ainda tão mole, plástico, quase sem ossos, como o da nossa sociedade colonial nos séculos XVI e XVII, contribuíram para articular como educadores o que eles próprios dispersavam como catequistas e missionários. Estavam os padres da S. J. em toda parte; moviam-se de um extremo ao outro do vasto território colonial; estabeleciam permanente contato entre os focos esporádicos de colonização, através da “língua-geral”, entre os vários grupos de aborígenes. Sua mobilidade, como a dos paulistas, se por um lado chegou a ser perigosamente dispersiva, por outro lado foi salutar e construtora, tendendo para aquele “unionismo” em que o professor João Ribeiro surpreendeu uma das grandes forças sociais da nossa história.

Para que os jesuítas tivessem êxito em sua missão de catequizar e educar foi necessário empreender a sistematização do seu processo educativo, com relação aos professores afirma Aranha (2006, p. 203),

No final do século XVII, o padre Jouvency preparou [...] o mais completo manual de normas gerais e informações bibliográficas necessárias ao magistério, reduzindo os riscos decorrentes do arbítrio e da iniciativa dos mestres mais jovens. Como garantia da unidade de pensamento e ação, farta correspondência entre os membros da Companhia mantinha a comunicação contínua. O ideal de universalidade na atuação, no entanto, não se confundia com rigidez. Sob vigilância constante, certa flexibilidade aos costumes do lugar onde a Ordem se implantava facilitou a obra missionária, permitindo maior eficiência.

As regras explicitadas pelo *Ratio Studiorum* comprovaram não somente um programa como também um método, regras daquilo que deveria ser ensinado e também do modo que o professor deveria ensinar.

Essa coerência docente passava pelos princípios da razão, da fé e da experiência. A educação não se limitava à instrução intelectual; abrangia o ensino religioso e moral em toda a sua extensão teórica e prática. No lema “tudo para o aluno e o aluno para Deus”, “tudo” correspondia muito ao trabalho docente em formar o cidadão genuinamente cristão e também perfeito humanista. Caráter que não dissociava, em todas as regras, a formação do aluno e a formação do professor. (CORRER 2006, .61)

O trabalho do professor na formação dos alunos sempre foi essencial para tanto,

Por mais sublime que fosse o ideal pedagógico, inspirado pelo gênio do fundador, por mais sábio que fosse o código escolar da *Ratio Studiorum*, não teria logrado a Companhia de Jesus no ensino, os resultados que tanto a recomendam, sem a educação e formação superior que ministra a seus filhos como religiosos e como professores. (...) para ter bons professores, é preciso formá-los (MADUREIRA, 1927, p. 413).

Aranha (2006, p. 204) nos mostra detalhadamente a divisão entre *Studia Inferiora* e *Studia Superiora* as quais eram a divisão da *Ratio*.

- *Studia inferiora*:
  - Letras humanas, de grau médio, com duração de três anos e constituído por gramática, humanidades e retórica, formava o alicerce de toda a estrutura do ensino, baseada na literatura clássica greco-latina.
  - Filosofia e ciências (ou curso de artes), também com duração de três anos, tinha por finalidade formar o filósofo e oferecia as disciplinas de lógica, introdução às ciências, cosmologia, psicologia, física (aristotélica), metafísica e filosofia moral.
- *Studia superiora*:
  - Teologia e Ciências sagradas, com duração de quatro anos, coroava os estudos e visava à formação do padre.

Com relação à Didática Paiva (2015, p. 208). Esclarece,

Os jesuítas estavam mais propensos ao *modus parisiensis*, isto é, a uma didática fundamentada nas relações coletivas, equiparadas ao trabalho manufatureiro. O *modus parisiensis* previa a organização dos alunos por classe – separando os da mesma faixa etária e/ou nível de conhecimento; a prescrição de exercícios e recompensas pelos certos; e a exposição didática na estrutura da apresentação (*lectio*), levantamento das dúvidas (*quaestiones*), e debate entre os alunos e o mestre (*disputatio*).

Aranha (2006, p. 207) chama a atenção para um fato que muda drasticamente o processo educativo empreendido pelos Jesuítas.

Em 1759, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, expulsou os jesuítas do reino e de seus domínios (inclusive do Brasil). O mesmo aconteceu mais tarde em outros países, até que finalmente em 1773 o papa Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus. Restabelecida em 1814, continuou a sofrer inúmeras perseguições durante o século XIX

Aranha (2006, p.204) destaca ainda que,

A Companhia de Jesus foi acusada de decadente e ultrapassada. Afinal, o ensino universalista e muito formal distanciava os alunos do mundo, tornando-o ineficaz para a vida prática. O ideal do *honnête homme* vinculava-se a um humanismo desencarnado, voltado para as belas-letas e o “saber por saber” de letrados e eruditos. Esses aspectos deixavam de ter sentido em um mundo no qual a revolução nas ciências e nas técnicas requeria um indivíduo prático, cujo saber visava a transformar.

Com a expulsão dos Jesuítas, e o conseqüente encerramento de seu trabalho missionário e educativo Pombal,

Instituiu [...] a educação leiga, com responsabilidade total do Estado [...] instituiu as aulas régias (“régias” porque pertenciam ao rei, ao Estado e não à Igreja). Começou estruturando os chamados Estudos Menores, que correspondiam ao ensino fundamental e médio (primeiras letras e ensino de humanidades). Em 1772 foi iniciada a segunda fase, com a Reforma dos Estudos Maiores, quando se reestruturou a Universidade de Coimbra. Afastada a Companhia de Jesus, assumiu a Ordem do Oratório — a qual já tinha recebido proteção do rei em 1740 —, que era conhecida pela visão mais avançada, aberta às ideias iluministas. Na reformulação do ensino de filosofia e letras, optou-se pela língua moderna (e não o latim), pelas matemáticas e ciências da natureza, procedendo-se também à atualização dos estudos jurídicos. (ARANHA, P. 290)

Promoveu de acordo com Seco (2006, p. 5) “a implantação do subsídio literário, imposto colonial para custear o ensino, houve um aumento no número de aulas régias, porém, ainda muito precário devido à escassez de recursos, de docentes preparados e da falta de um currículo regular.”

Panisset (1996, p. 30) destaca,

As conseqüências do episódio histórico foram muito danosas. O início do século XIX encontrou o ensino brasileiro reduzido a precária situação, uma vez que a destruição do sistema jesuíta não teve contrapartida em qual quer projeto eficiente para substituí-lo. Bem mais tarde (1772), Pombal adotou algumas medidas com que

imaginou poder preencher o vazio que a sua decisão deixara. Numa espécie de "primeira reforma do ensino" no país, criou o chamado "subsídio literário" para financiar o ensino público.

Em 1822, Dom Pedro declarou a Independência do Brasil, tendo assim início o período Imperial, um período de 67 anos onde o Brasil foi organizado politicamente como uma monarquia, com relação a questões educativas, segundo Saviani (2009, p.144) a preocupação com relação a formação de professores se expressa “na Lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada em 15 de outubro de 1827”.

Foi por meio desta lei que o Imperador D. Pedro I sancionou o Decreto da Assembleia Geral que ordenava a criação das escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. De acordo com Marcheli (2017, p.226)

O Decreto da Assembleia Geral assinado por D. Pedro I definia que o trabalho dos professores dentro das escolas de primeiras letras seria realizado mediante a adoção de um procedimento pedagógico específico, o ensino mútuo ou método lancasteriano, que se tornou oficial em todo o Império.

Guiraldelli (2001, p. 16) afirma,

D. Pedro I liderou a Independência, outorgando em seguida uma Constituição ao nosso país a Constituição de 1824. Tal Carta Magna continha um tópico específico em relação à educação. Ela inspirava a ideia de um sistema nacional de educação. Ela discriminou que o Império deveria possuir escolas primárias, ginásios e universidades. Todavia, no plano prático, manteve-se o descompasso entre as necessidades e os objetivos propostos. Um sintoma disso foi a adoção do “método lancasteriano de ensino”

O método lancasteriano foi criado por Joseph Lancaster no fim do século XVIII no continente Europeu tal método consiste em, Segundo Bastos (1997, p.177),

Dividir a escola em várias classes, colocando em cada classe como monitor um aluno, com conhecimento superior ao dos outros e sob direção imediata do professor. Lancaster percebe que, por este método, um só professor é suficiente para dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de 500 e até mil alunos

Desse modo cabia ao professor ensinar os monitores para que assim eles pudessem repassar aos colegas os saberes repassados pelo professor, na maior parte do tempo o professor assumia a direção da escola observando assim a atuação dos monitores, entrada e saída de alunos, bem como outras ações pertinentes a direção. Bastos (1997, p.177) ainda nos elucidada sobre como se dava a organização dos alunos em sala de aula.

O "monitorial system" ou "*méthode mutuelle*", nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela

mesa do professor, sob um estrado na sala estão enfileiradas as classes, tendo em cada extremidade, o púlpito do monitor e o quadro-negro. Os alunos estão divididos em várias classes, seis em geral, com nível de conhecimento semelhante, ou seja, que não sabem nem mais nem menos que os outros. O aluno é integrado a uma classe depois de averiguado seu conhecimento. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver de leitura, escrita e aritmética. Por exemplo, a leitura: para os menores, da primeira classe, aprender o alfabeto e traçar as letras sobre a areia; na segunda classe, iniciam as sílabas de duas letras que escrevem sobre a ardósia; na terceira, fazem a combinação com três letras; na quarta, trabalham as palavras com várias sílabas; na quinta, começam a ler; somente na sexta classe leem correntemente. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo à várias classes diferentes, ele pode estar mais avançado em leitura, que na escrita ou no cálculo.

Neste momento histórico o método Lancaster representava o que havia de mais moderno em termos educacionais, contudo, vale ressaltar que os resultados obtidos com aplicação do mesmo ficaram muito abaixo do esperado, dentre as causas desse fracasso cita-se: professores insuficientes ou mesmo despreparados, falta de estruturas físicas adequadas, bem como o pequeno número de alunos que frequentavam a escola.

Com o fim do período imperial no ano de 1889 tem início o período republicano marcado pela Proclamação da República, promovida pelo Marechal Deodoro da Fonseca, Sartori (s.d, p. 6).

A formação de professores não deixou de ser tema de discussão entre as autoridades, políticos e intelectuais republicanos no Brasil e nem foi uma exclusividade destes. No período do regime imperial, houve mostras de preocupação do Estado para com o preparo do professor para as escolas primárias. Isso se verificou na Lei Geral do ensino de 1827, que tencionava a seleção e a preparação pelo emprego do método do ensino mútuo ou método de Lancaster. Depois, sob a responsabilidade das províncias, com a criação das escolas normais, tendo como marco histórico a fundação da Escola Normal do Rio de Janeiro, em 1835.

O objetivo das escolas normais era formar professores capacitados a atuarem no magistério no ensino primário sendo oferecido em cursos secundários, o que hoje é comumente conhecido como ensino médio, de acordo com Hahner, (2011, p. 467).

O magistério primário passou de ocupação majoritariamente masculina, em meados do século XIX, para a ocupação feminina, no século XX, sempre com diferenças nacionais. Sem negar a grande importância de fatores econômicos e do discurso do ensino como uma extensão da função maternal o que também servia como desculpa para os baixos salários das maestras.

Os critérios para a admissão de professores nas escolas normais eram boa educação e saber ler e escrever, diante disso percebe-se que não havia um comprometimento real com a formação dos educadores visto que os princípios que norteavam a escolha de profissionais da educação eram bem básicos não havendo aqui um efetivo compromisso na formação desse educador.

As Escolas Normais, embora fossem uma inovação e um avanço quanto à formação do professor para as escolas primárias, não tiveram um histórico de sucesso nos anos posteriores à sua implantação nas inúmeras províncias. Elas sofreram uma existência intermitente devido a inúmeros fatores, como a descontinuidade administrativa e a falta de alunos. O trabalho como professor não era atraente devido aos poucos retornos pecuniários que se oferecia e também pelo pouco prestígio social que desfrutava na sociedade de então. Somado a tudo isso, a economia, predominantemente agrária e escravocrata, levava a sociedade (a elite política e econômica) a não dar muita importância ao ensino primário para a população e, portanto, não via como necessidade uma melhor formação do professor para o ensino primário. (SARTORI s.d, p. 7)

No período Republicano diversos foram os empreendimentos visando melhorar a qualidade da formação de professores, contudo, não houve o êxito esperado. (Sartori, s.d p. 08).

A influência dos ideais escolanovistas na educação brasileira teve repercussões relevantes e apareceu em muitas reformas educacionais na década de 1930. No Distrito Federal, pelo Decreto 3.810/1932, Anísio Teixeira remodelou a Escola Normal, configurando especificidade a ela quanto ao seu caráter de formação de professores. Houve uma reestruturação do currículo que, a partir de então, passou a contar com disciplinas diretamente ligadas à área da educação e estrutura específica. (SARTORI s.d, p. 10)

Com o decreto o decreto 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira se propõe a reformar as escolas normais e assim estas passam a ser escolas de professores tendo como disciplinas:

1) biologia educacional; 2) sociologia educacional; 3) psicologia educacional; 4) história da educação; 5) introdução ao ensino, contemplando três aspectos: a) princípios e técnicas; b) matérias de ensino abrangendo cálculo, leitura e linguagem, literatura infantil, estudos sociais e ciências naturais; c) prática de ensino, realizada mediante a observação, a experimentação e a participação. Como suporte ao caráter prático do processo formativo, a Escola de Professores contava com uma estrutura de apoio que envolvia: a) Jardim de Infância, Escola Primária e Escola Secundária, que funcionavam como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino; b) Instituto de Pesquisas Educacionais; c) Biblioteca Central de Educação; d) Bibliotecas escolares; e) Filmoteca; f) Museus Escolares; g) Radiodifusão. (SAVIANI s.d, p. 6)

A partir disso percebe-se uma evolução quanto à concepção de formação de professores, bem como a consolidação da educação enquanto ciência, assim como a movimentação visando delimitar as bases de uma educação voltada ao progresso nacional via escolarização da sociedade.

Os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo foram ambos elevados ao nível universitário, tornando-se a base dos estudos superiores de educação: o Instituto de Educação paulista foi incorporado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934 e o Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi incorporado à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935. E foi sobre essa base que se organizaram os Cursos de Formação de Professores para as escolas secundárias, generalizados para todo o país a partir do Decreto-Lei n. 1.190, de 04 de abril de 1939 que deu organização definitiva à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (SAVIANI s.d, p. 6)

No ano de 1964 temos o golpe militar, o qual foi realizado pelas forças armadas contra o presidente João Goulart.

A Ditadura Militar influenciou todos os níveis educacionais em um período de vinte e um anos, 1964 a 1985, alterando suas características e provocando mudanças, algumas presentes até os dias atuais. Houve a expansão da escola pública, e a educação tecnicista trouxe para o 1º e 2º graus a instrumentalização para a fixação da ideologia do Estado, a escola foi um dos meios mais usados para a difusão dessa ideologia que respaldou o golpe militar. (LEME s.d p.01)

Diante disso foi necessária uma readequação do campo educacional na época havendo assim alterações na legislação de ensino o que ocorreu por intermédio da Lei 5.692/71 (BRASIL,1971), modificando assim os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau, nesse contexto desaparecem as escolas normais surgindo em seu lugar a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau.

O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional e para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial. O antigo Curso Normal cedeu lugar a uma habilitação de 2º Grau. A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante. (SAVIANI s.d, p. 8)

O agravamento na formação do professor assim como a queda nas matrículas da habilitação específica de magistério e o descontentamento em relação à desvalorização da profissão forçaram as esferas federal e estadual a iniciarem um movimento visando a discussão de propostas de ação de modo a encontrar soluções para reverter a situação precária da formação de professores, a partir disso entra em cena o projeto dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), elaborado em 1982 pela Coordenadoria do Ensino Regular de Segundo Grau do MEC, tendo início assim o movimento de reformulação dos cursos de pedagogia.

O quadro de mobilização dos educadores alimentou a expectativa de que, findo o regime militar, o problema da formação docente no Brasil seria mais bem equacionado. Mas a nova LDB promulgada, após diversas vicissitudes, em 20 de dezembro de 1996, não correspondeu a essa expectativa. Introduzindo como alternativa aos cursos de pedagogia e licenciatura os Institutos Superiores de Educação e as Escolas Normais Superiores, a LDB sinalizou para uma política educacional tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os Institutos Superiores de Educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, provendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meio de cursos de curta duração. A essas características não ficaram imunes as novas diretrizes curriculares do Curso de Pedagogia homologadas em maio deste ano de 2006. (SAVIANI s.d, p. 9)

A profissão docente percorre um longo caminho através da história desse modo é preciso abordar também os marcos legais que delimitam as competências da profissão, dentre estes temos o Plano Nacional de Educação (PNE) o qual é composto por vinte metas que compreendem todos os níveis de formação, além de aspectos que envolvem a gestão e o financiamento desse projeto, dentre as metas elencadas pelo PNE e dentro do contexto da atual pesquisa é necessário chamar a atenção para duas metas em especial, são elas a meta 15 e 16.

Na meta 15 o Plano Nacional de Educação garante a parceria entre a União, os estados e municípios para a criação de uma política nacional de capacitação dos profissionais da educação até 2024, para que todos os professores da educação básica possuam curso superior, espera-se que todos os professores dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio possuam formação superior na área em que lecionam.

Já a meta 16 diz respeito a formação continuada e pós-graduação de professores, até 2024 metade dos professores da educação básica devem ter uma pós-graduação direcionada à sua área de conhecimento e 100% dos docentes devem ter uma formação continuada.

Essas duas metas mostram a preocupação que se tem a respeito da formação de professores no Brasil, outro documento que merece atenção é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Nº 9394/96, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores (DCN's).

De acordo com Mileo (2009 p. 4994):

A formação continuada do professor vem a ser mais um suporte para que o docente consiga trabalhar e exercer a sua função diante da sociedade, podendo perceber como atuar para que o horário dos seus alunos diante da sua aula seja um momento de aprendizado. Assim torna-se importante identificar, observar e analisar os principais motivos para que a formação continuada do professor ocorra, bem como quais serão as diferenças que poderão acontecer entre aulas com profissionais atualizados ou não.

A formação de professores deve ser um assunto recorrente e privilegiado ao se falar em políticas públicas, todo o percurso histórico educacional contribuiu significativamente para os moldes educacionais que temos hoje e promover seu aprimoramento através dos marcos legais da educação e de seu efetivo cumprimento se faz algo extremamente necessário para a sociedade, âmbito este em que se refletirá o êxito na formação de professores.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Diante do exposto nota-se que a igreja católica por intermédio dos jesuitas teve um papel privilegiado e de destaque no contexto brasileiro ao se falar em educação, porém após sua expulsão por Marques de Pombal foram necessárias reformas que não supriram a ausência dos jesuitas os quais deixaram uma imensa lacuna, Pombal instituiu ainda o subsídico litarário, o qual teve o intuito de custear a educação o que também foi um fracasso após a expulsão dos jesuitas nota-se o descaso com a educação e as tentativas de melhorar esse sistema.

A educação sempre teve um papel secundário na formação da população, assim como na formação dos educadores a desvalorização é visível em vários momentos histórico e ao que parece cada dia esse diagnóstico piora ao longo do presente artigo nota-se que as reformas educacionais não tinham o exito esperado ficando a educação popular e de formação a mercê da boa vontade dos governantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a educação e a formação de professores como algo essencial para o desenvolvimento de uma nação é algo que faz toda a diferença, o processo educativo se compara com uma fileira de dominós, se o processo de formação docente é falho isso refletirá em todos os outros níveis de ensino. É necessário que haja um comprometimento real dos governantes em relação a educação.

Promover um educação pública, gratuita e de qualidade deve estar entre os projetos de governo, uma sociedade sem educação é um sociedade consequentemente sem emprego e como consequência essa nação vai a ruina. A formação de professores é um dos pilares que sustentam a educação de todos os outros níveis escolares.

Ao se falar em ensino fundamental e médio e até mesmo no superior temos a constante ação de professores que, no caso de uma péssima formação inicial e a ausência de formação continuada, serão reprodutores de um sistema educativo falho, um investimento massivo na educação como um todo provocaria verdadeiramente uma revolução educacional e social.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação e da Pedagogia*. 3a. ed. São Paulo: Moderna, 2006

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em Revista**, v. 31, n. 4, p. 201-222, 2015. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000400201&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982015000400201&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 30 nov. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

FRANCA S.J., Leonel. O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

MADUREIRA, J.M., A liberdade dos Índios – A Companhia de Jesus – Sua Pedagogia e seus resultados. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.

MILEO, Thaisa Rodbard; KOGUT, Maria Cristina. A importância da formação continuada do professor de educação física e a influência na prática pedagógica. In: **Anais do IX Congresso Nacional de Educação e do III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Curitiba (PR): EDUCERE**. 2009. p. 4943-4952. Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3000\\_1750.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3000_1750.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999. (p.15-34).

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista brasileira de educação, v. 14, n. 40, p. 143-155, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>> Acesso em: 28 fev. 2021

BRASIL IMPÉRIO. Decreto de 1º de março de 1823. **Cria uma Escola de primeiras letras, pelo método do Ensino Mutuo para instrução das corporações militares**. In Coleção das Leis do Império do Brasil de 1823 – parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887a. p. 41-2. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18336/collecao\\_leis\\_1823\\_parte2.pdf?sequence=2](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18336/collecao_leis_1823_parte2.pdf?sequence=2)>. Acesso em: 28 fev. 2021

MARCHELLI, Paulo Sergio. Origens Históricas das Políticas de Formação de Professores no Brasil (1823-1874). Revista Teias, v. 18, n. 51, p. 225-242, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/29394/22824#:~:text=POL%C3%8DTICAS%20DE%20FORMA%C3%87%C3%83O%20DE%20PROFESSORES%20NO%20BRASIL,-A%20Hist%C3%B3ria%20da&text=Por%20meio%20desta%20Lei%2C%20o,Assembleia%20Geral%20assinado%20por%20D.>>> Acesso em: 01 mar. 2021.

NEVES, Fátima Maria. O método lancasteriano e o projeto de formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889). 2003. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103191>> Acesso em: 08 mar. 2021

BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida (1808-1827). *História da educação*, v. 1, n. 1, p. 115-133, 1997. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4891743.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2021

SARTORI, Antonio Marcos. Escola pública e formação de professores no brasil: um estudo da primeira república (1889 –1930). Paraná [2000?]. Disponível em: <[http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/escola\\_publica\\_e\\_formao\\_d\\_e\\_professores\\_no\\_brasil.pdf](http://primitivomoacyr.weebly.com/uploads/8/6/9/0/8690987/escola_publica_e_formao_d_e_professores_no_brasil.pdf)> Acesso em: 10 mar. 2021

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia e formação de professores no Brasil: vicissitudes dos dois últimos séculos. UNICAMP, Campinas. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%200Dermeval%20Saviani/Dermeval%20Saviani%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BRASIL (1971), “Lei n. 5.692/71”, de 11 de agosto de 1971. Brasília, Diário Oficial de 12/08/1971.

LEME, Renata Bento. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA DITADURA MILITAR (1964 – 1985). Marília-SP s.d. Disponível em:<<https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/formacao-de-professores-na-ditadura-militar-1964--1985.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2020.